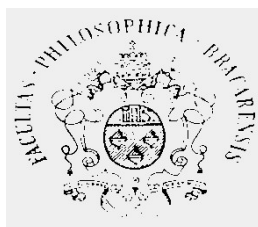


UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

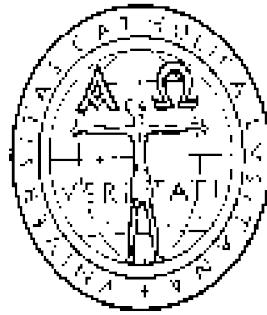
**O PROCESSO DE LUTO NA CRIANÇA- A PERDA DE UM DOS
PROGENITORES**

Monografia Final
Seminário de Investigação

Por
Tânia Elisabete Vaz Polery



Faculdade de Filosofia de Braga
Setembro de 2009



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**O PROCESSO DE LUTO NA CRIANÇA- A PERDA DE UM DOS
PROGENITORES**

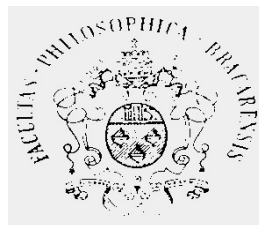
Monografia Final

Seminário de Investigação

Por

Tânia Elisabete Vaz Polery

Sob a orientação da Dra. Ana Margarida Trovisqueira



Faculdade de Filosofia de Braga

Setembro de 2009

Resumo

O fim da vida sempre perturbou os seres humanos, desde os primários aos intelectuais. O luto é um processo bastante complexo, sobre o qual assenta essencialmente o presente trabalho, mais especificamente no processo de luto na criança aquando da perda de um dos progenitores. O objectivo desta investigação emerge no sentido de perceber quais as reacções da criança quando confrontada com a perda de um dos progenitores, como é que esta processa o luto do ente querido, quais as fases deste processo, vivências fantasmáticas, assim como as consequências desta perda. Os resultados da pesquisa, evidenciaram que não existe um “roteiro” considerado correcto no que concerne ao correr do processo de luto na criança. Concluiu-se que cada criança ou mesmo adulto desenvolverá a sua compreensão relativamente ao conceito de morte e processo de luto ao seu próprio ritmo e de forma diferenciada, apesar de no luto considerado normal o sujeito passar, ao longo do tempo, por diferentes fases até à superação da perda. Contudo, e apesar de individualidade humana, o sofrimento e tristeza estarão sempre associados a todo este processo, apesar de a angustia e medo, levarem ao evitamento desta temática por parte da maioria das pessoas.

Palavras-chave: morte; luto; perdas na infância; processo de luto

Índice

Introdução	5
Capítulo I – Caracterização do processo de luto	8
1.1- A morte	8
1.2- Luto	10
1.2-1. Fases do processo de luto	11
1.2-2. Luto patológico	12
Capítulo II – A Percepção de morte e o Luto na infância	15
2.1- Percepção da morte na criança	15
2.1.1. Evolução do conceito de morte na criança	16
2.2- Processo de luto na criança	18
2.3- Factores moderadores do processo de luto	20
Capítulo III- Perda de um dos progenitores	23
3.1- Resposta emocional da criança à perda de um dos progenitores	23
3.1.1 – Consequências emocionais da perda de um dos progenitores	24
3.2- Processo de adaptação à perda do progenitor	25
3.2.1- Papel do progenitor sobrevivente no acompanhamento da criança enlutada	26
3.3- A construção de fantasias pela criança perante a perda de um progenitor	28
Conclusão	31
Referências Bibliográficas	33

Introdução

Tendo em conta que na prática clínica da Psicologia estão frequentemente presentes o sofrimento, dor, medo e perda, considera-se que é pertinente para a disciplina científica da Psicologia uma investigação mais profunda relativamente ao processo de luto. Assim, esta pesquisa bibliográfica procura aprofundar quais as consequências da perda de um dos progenitores para uma criança, a concepção de morte que possui e qual a capacidade que uma criança tem para recuperar desta perda.

Ao longo da monografia serão abordadas, numa primeira instância, no primeiro capítulo, a temática da morte, e o processo que a esta se encontra associado, isto é, o processo de luto e as suas diferentes fases assim como o seu desenvolvimento quer normal quer patológico. Num segundo capítulo o ênfase recairá essencialmente na percepção da criança relativamente ao conceito de morte, como se processa o luto na mesma assim como os factores que poderão moderar este processo. Por último, já no terceiro capítulo, e tendo em conta que o principal objectivo do presente trabalho é perceber um pouco melhor como se desencadeia o processo de luto na criança aquando da perda de um dos progenitores, procurar-se-á ao longo desta investigação bibliográfica compreender além das respostas da criança à perda de um dos pais, e as consequências dessa perda como se pode desenrolar o processo de adaptação a essa perda tendo em conta o papel do progenitor sobrevivente e ainda a possibilidade de construção de fantasias por parte da criança enlutada.

Muito do que sabemos acerca da perda limita-se ao conhecimento de como as pessoas lidam com a morte do cônjuge ou de um parente próximo (Bonanno & Kaltman 2001). A perda de alguém que nos é importante é algo doloroso e que envolve uma enorme carga emocional. Segundo Sanders (1999; p.3) “A dor de uma perda é tão impossivelmente dolorosa, tão semelhante ao pânico que têm de ser inventadas maneiras para se defender contra a investida emocional do sofrimento.” Este autor, encara o luto como a representação do estado experiencial que a pessoa sofre após tomar consciência da perda. Para Boelen, Bout e Hout (2003), apesar da perda da pessoa amada ser considerada um dos acontecimentos de vida mais stressantes que a pessoa pode experimentar, a maioria dos indivíduos recuperam da perda sem ajuda profissional. Contudo, existem pessoas que não recuperam, e vão vivenciando alterações constantes na sua saúde mental. Tal como afirmam, Bonanno e Kaltman (

(sd) cit. in Boelen et al 2003), os problemas comumente observados incluem depressão, sintomas da perturbação de pós-stress traumático e outras perturbações ansiosas, raiva e sentimentos de culpa.

A pessoa em luto tem de passar pela dor causada pela perda, para que seja possível efectuar o trabalho do sofrimento. Tudo o que permitir ao enlutado evitar ou suprimir essa dor irá muito provavelmente prolongar o processo de luto (Parkes cit. por Worden, 1996).

Segundo Sullivan (1956; cit. por Sanders, 1999), o processo de luto oferece ao sobrevivente a oportunidade de se deslindar dos laços da vinculação. O autor em questão, vê o processo de luto como um mecanismo extremamente importante e protector.

Assim sendo, quando há uma perda significativa de uma pessoa querida, desenrola-se um processo necessário e fundamental para que o vazio, que o enlutado sente, seja superado ou preenchido ao longo do tempo. Este processo denomina-se de processo de luto, que consiste numa adaptação à perda, que tem subjacente uma serie de tarefas e fases para que este processo suceda normalmente. São vários os autores que defendem a existência dessas tarefas ou fases essenciais ao processo de luto, dos quais salientamos, Worden, (1996), Elisabeth Kubler-Ross, (1969) e Sanders, (1999).

É importante acrescentar que o processo de luto não é análogo na criança e no adulto. Existem então diferenças em termos de compreensão do conceito de morte, do próprio processo de luto, assim como nas consequências que daí surgem. Para Bowlby (2004) as crianças e adolescentes têm características próprias na forma de sentir a perda e de viverem o luto, sendo necessários determinados cuidados específicos. A reacção das crianças à morte depende do estágio desenvolvimental cognitivo em que se encontram, da maneira como os adultos lidam com elas acerca da morte e do grau de cuidados que elas tenham perdido (Walsh & McGoldrick, 1998).

Por sua vez, Kübler-Ross (2003) refere que crianças reagem à morte do pai ou da mãe dependendo de como foram criadas antes do momento desta perda. Segundo a autora, se os pais não têm medo da morte, se não pouparam os filhos das situações de perdas significativas, como por exemplo, a morte de um bichinho de estimação ou a morte de uma avó, com certeza não ocorrerá problemas com a criança. Contudo, é importante que quando a criança perde um vínculo provedor de sustentação, esta se sinta apoiada apesar de tudo.

Assim sendo, no processo de luto o tempo é fundamental, já que para se ultrapassar a inesquecível perda do ente querido, especificamente, a perda de um pai ou mãe por parte da criança, uma recuperação lenta e gradual permite uma melhor aceitação do sucedido e readaptação à sua “nova vida”. Entre outras tarefas, esta aceitação e reajustamento à nova vida permitem a superação do luto.

Deste modo, e com base na observação de Cury (2008, p.51) de que “ Perder a mãe na infância é perder o solo onde caminhar. É o último estágio de sofrimento da dor de uma criança”, torna-se importante perceber o impacto que uma perda significativa tem na criança e quais as consequências desta perda. Tendo em conta que este é o objectivo do trabalho, é a isto que se procurará responder ao longo de toda a investigação.

Capítulo I – CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE LUTO

O tema da morte é, pelo sofrimento que lhe surge associado, considerado um tema tabu. Um acontecimento doloroso para o ser humano, mas não impossível de ultrapassar.. Este capítulo aborda a temática da morte e o medo que esta origina, assim como o normal processo de luto e as suas fases, sob a perspectiva de diversos autores. Por fim, caracteriza o luto patológico, que, não tendo sido bem elaborado, não permite ao enlutado retomar o seu dia-a-dia com normalidade ou reorganizar a sua vida.

Procura-se com este primeiro capítulo caracterizar o processo de luto a nível geral, de modo a permitir uma melhor compreensão do processo de luto na criança, bem como das suas implicações que serão abordados nos capítulos seguintes

1.1- A Morte

Vida e Morte :

Houve no início alguém,
Alguém que decidiu dar futuro á vida
Decidindo procriar !
Esse alguém morreu
E outros alguéns o substituíram
E esses foram substituídos por outros !

Durante milénios
Foi a sucessão que manteve
A vida viva (...)
Lord Guancestry (2008)

A morte é das experiências que mais desorganiza e assusta o ser humano. Bowlby (2004, p.4), entende que “a perda de uma pessoa amada é uma das experiências mais dolorosas que o ser humano pode sofrer”. É penosa não só para quem a vivencia, como também para quem a observa, ainda que pelo simples facto de se estar tão débil para ajudar.

Segundo Weisman (1984; cit in Santos, 2009) podemos falar de três dimensões da morte. A morte intrapessoal, que se refere à própria mortalidade, que a maioria das

peças admite, mas não consegue antecipar; a morte interpessoal, relativa à perda de alguém significativo e afecta a experiência intrapessoal; e por último, a morte impessoal, que concerne à morte de um objecto não significativo.

A morte é de facto a única certeza que temos enquanto vivos. Apesar de pouco abordada no dia-a-dia pela maioria das pessoas, a temática da morte será sempre actual pela sua irrefutabilidade. Possivelmente, um passo para uma melhor aceitação e diminuição do tabu que ainda hoje permanece sobre a mesma, é a sua “auto-aceitação”, isto é, o ser humano deve ser capaz de aceitar a sua vulnerabilidade e finitude enquanto ser vivo (Rodrigues, 2006). De facto, a morte é encarada como um tabu, abordada e explorada na sua forma mais violenta e raramente pela vertente da angústia e luto que lhe está associada (Cepêda & Maia, 1998).

Em geral, todos os indivíduos temem a morte. De todas as mudanças que sucedem ao longo da vida, o luto é a mudança para a qual se está menos apto para aceitar, sobretudo quando esse luto decorre da perda ou morte. Perante a angústia de morte e para a resolver, a maioria dos indivíduos desenvolve sistemas adaptativos, sendo o principal a negação (Bird, 1975; Marris, 1992; Kübler-Ross, 2000; cit. in Ruschel, 2006). Wass, (1992; cit. in Ruschel, 2006) e Freitas (2000; cit. in Ruschel, 2006) enfatizam que nos vários tipos de perda, para que seja possível a sua elaboração, é necessário aceitar a perda sofrida. Essa aceitação passa pela adequação à realidade e pela redução da ambivalência e da culpa.

A morte é tão natural e tão familiar, que a encaramos um pouco “ao lado” da esfera do seu existir. Só a morte dos que nos são queridos tem energia suficiente para despertar a possibilidade do morrer pessoal e a inquietude que a representa. Assim, quando isto acontece, angustiamo-nos, questionamo-nos e chocamos com a realidade: a morte, como um acontecimento misterioso e enigmático (Coelho, 1996).

Pode dizer-se que a morte de alguém querido ou o diagnóstico de uma doença grave podem servir de catalisadores para um aumento da nossa consciência de vida, para um maior apreço da mesma e para uma distribuição mais construtiva das prioridades (Seabra, 1996). Tal como Minerbo (1998; cit. in Santos, 2009) se questiona, talvez a maturidade seja aceitar o destino e a morte de cada um. Uma confrontação com a morte pode alterar a perspectiva que temos da vida, impulsionando um viver mais genuíno.

1.2 - Luto

Após a perda significativa de uma pessoa que nos é marcante, gera-se um processo indispensável para o preenchimento do vazio dessa perda assim como para uma readaptação à vida quotidiana sem a pessoa perdida. Esse processo, pode expressar-se de diferentes formas em diferentes culturas. Denominado de Luto, que etimologicamente vem do latim *luctu*, tristeza, ou seja, um processo relativo ao sentimento de pesar pela morte de alguém. (Dicionário de língua portuguesa tomo II, 2006). Este processo implica mecanismos psicológicos, e de trabalho do luto, que o tornam suportável. Esta adaptação à perda, envolve uma série de tarefas ou fases, e que serão abordados mais à frente neste capítulo.

Freud (1988; p.249 cit. in Costa, 2008) entende o luto como “A reacção à perda de um ente querido, à perda de alguma abstracção que ocupou o lugar de um ente querido (...)”. O luto é um processo doloroso, que se resolve por si próprio, a partir do momento em que o enlutado encontra objectos que podem de certa forma substituir a falta do que foi perdido. Para este autor “o luto pela perda de algo que amamos ou admiramos afigura-se tão natural ao leigo, que ela considera-o evidente por si mesmo (...)”.

O processo de luto é universal e varia de cultura para cultura e de indivíduo para indivíduo, até porque cada indivíduo tem a sua própria forma de realizar esse processo, dependendo também da faixa etária em que se encontra. Deste modo, reflectir sobre a morte implica pensar em várias questões sociais, nomeadamente valores, crenças, ideologias, culturas, etc; bem como em questões individuais, como o nosso modo de pensar, sentir e agir no quotidiano (Oliveira & Amâncio, 1998 cit. in Santos, 2009).

Segundo Bird, (1975; cit. in Ruschel, 2006), Bromberg, (1996; cit. in Ruschel, 2006) e Freitas (2000; cit. in Ruschel, 2006) no luto normal, bem elaborado, a formação de novos vínculos substitutivos, o investimento em novas actividades e a aceitação de apoio social podem diminuir o tempo de impacto da perda.

Assim, o luto pode ser uma resposta normal e esperada perante a rotura de uma relação significativa. Esse luto pode ser definido como um momento de crise em função do desequilíbrio entre o ajustamento necessário e os recursos disponíveis de cada um para lidar com a perda (Parkes, 1998; Worden, 1998; Kübler-Ross, 2000; Freitas, 2000 cit. in Ruschel, 2006). Em suma, esta é a razão pela qual nem todas as pessoas desenvolvem um processo de luto normal, entrando muitas vezes pela via patológica

desse mesmo processo, via essa que será desenvolvida mais à frente ainda neste capítulo.

1.2.1 - Fases do Processo de Luto

São vários os autores que apontam diferentes fases no decurso do processo de luto, que se verifica nas semanas e meses seguintes após a perda de um ente querido. Neste estudo destacamos a perspectiva de dois autores: Bowlby e Twycroos

Bowlby (2004), considera que o processo de luto engloba quatro fases. A primeira fase, denominada de *entorpecimento* é como uma fase de torpor, de incapacidade de aceitação, alternada com momentos de raiva e de angústia, podendo durar desde horas até semanas. A segunda, designada de fase de *anseio e busca da figura perdida*, e onde a inquietação e raiva são quase constantes. Esta, inicia-se passado algumas horas da perda e prolonga-se até alguns dias depois. Nesta fase Bowlby (2004), dá um exemplo da existência de sonhos muito reais de que o ente querido está vivo e bem de saúde assim como a respectiva desolação ao acordar. Numa terceira fase, de *desorganização e desespero* percebe-se um período de melancolia e apatia com incapacidade de realizar tarefas quotidianas presenciando-se oscilação de emoções. Porém, se tudo suceder normalmente, esta fase pode modificar-se em pouco tempo, e a pessoa enlutada passa para a última fase, relativa a um maior ou menor grau de desorganização, isto é a etapa de *reorganização*, onde há um acto cognitivo de redefinição do eu e da situação, reestruturando os modelos de representação internos. A pessoa começa a avaliar a nova situação com que se depara e a analisar formas de a enfrentar. Segundo o autor há uma redefinição pessoal nesta fase.

Também Twycross, (2001; cit. in Santos, 2009) apresenta quatro fases no desenvolver do processo de luto, apontando algumas diferenças em relação às fases de Bowlby. Para o autor, primeiramente, há uma fase de aceitação da realidade quer intelectual quer emocional da perda. Segue-se uma fase de trabalho através da dor ou mágoa onde se experienciam sentimentos dolorosos. A terceira fase, é considerada já uma fase de ajustamento ao viver no ambiente sem a pessoa falecida, respeitante a uma nova realidade que a pessoa enlutada vai criando. E por último Twycross aponta uma

quarta fase onde ocorre a recolocação emocional da pessoa falecida, referente a um investimento em novos relacionamentos, não eliminando a pessoa perdida.

De uma forma geral, as concepções de Bowlby e Twycross relativamente ao processo de luto são concordantes, apesar de se verificarem algumas diferenças na terceira fase. Se, para Bowlby esta é ainda uma etapa, em que se verificam dificuldades em realizar as tarefas do dia-a-dia sem a pessoa perdida e onde ainda se aclaram oscilações emocionais, para Twycross esta terceira fase é já um período de adaptação à vida quotidiana sem a presença do falecido, ou seja, o enlutado já é capaz de reorganizar, de voltar a dar sentido à sua existência.

Contudo, apesar da diferença na terceira etapa, ambos os autores iniciam o processo de luto com uma fase de difícil aceitação da perda e terminam com uma forma de readaptação e reorganização da própria vida, para que a pessoa possa ir preenchendo o vazio deixado pela pessoa perdida e seguir em frente a sua vida, não eliminando a pessoa perdida, mas sim ajustando o seu papel no passado do actual enlutado.

1.2.2 – Luto Patológico

Após uma pequena abordagem relativa à morte, ao processo de luto e às fases que este último envolve, mostra-se pertinente, abordar a possibilidade de o enlutado não realizar correctamente, ou de forma considerada normal, o processo de luto, e consequentemente, desencadear um processo denominado de luto patológico.

A tomada de conhecimento da morte de um familiar pode desenvolver reacções patológicas que excedem o denominado luto “normal”. Exemplos disso são o luto patológico e o stress pós-traumático. Segundo o DSM IV (2002), por vezes, algumas pessoas podem apresentar como parte da sua reacção à perda, sintomas próprios de um episódio depressivo major. Sendo então importante estabelecer um diagnostico diferencial entre ambos, isto é, entre o luto e o episodio depressivo major. Tendo em conta que ambos os diagnósticos implicam tristeza, insónia, perda de peso e apetite, a possibilidade de diagnostico de depressão major apenas é considerada caso os sintomas ainda estejam presentes dois meses após a perda.

Para Pacheco (1997), cerca de metade dos doentes com luto patológico apresentam uma história anterior de depressão e a reversão clínica do mesmo não

impede o aparecimento de novos surtos depressivos. Assim, isto sugere que o luto patológico tem um curso independente da depressão clínica, ainda que esta possa ser facilitadora do seu aparecimento.

São várias as perspectivas relativamente ao luto patológico, seguidamente abordaremos alguns autores e as suas visões no que concerne a esta temática.

Segundo Freud (1974: cit in Bowlby, 2004), a principal causa de luto patológico é a existência de um relacionamento ambivalente com o objecto perdido, que impede este processo de transferência.

Já Bowlby, (2004) entende como causa de luto patológico, as experiências com os objectos de amor, já que estas irão afectar todos os relacionamentos posteriores. As separações frequentes do objecto de amor na infância poderiam originar relacionamentos posteriores ansiosos e uma maior probabilidade de luto crónico. No caso do luto adiado, poderia ser provocado por uma atitude auto-suficiente compulsiva em relacionamentos posteriores, sendo esta consequência de uma relação com o objecto de amor na infância de carácter ansioso.

Por sua vez, Almeida (1998) entende que a somatização pode ser sintomática das reacções de pesar e aponta que existem alguns factores que contribuem para a somatização, nomeadamente, factores culturais contra a expressão directa do afecto depressivo e baixa capacidade para a expressão emocional. Assim, o autor refere três tipos de luto patológico sendo eles, o luto adiado, o luto inibido e por fim o luto crónico. Para este autor, o luto adiado, implica que tenham decorrido mais de duas semanas após a perda, podendo o processo começar muito mais tarde (e.g., quando surge outra perda). Já o luto inibido, é relativo aos casos em que, embora a pessoa pareça afectada, não há uma expressão de pesar (não podemos esquecer que há autores que defendem o evitamento de emoções desagradáveis como possível resposta adaptativa a longo prazo). Caso se trate de luto crónico, este prolonga-se além do tempo previsto e é, em muitos casos, bastante grave.

Por último, salientamos a perspectiva de Solano (2003), para o qual o luto patológico pode ser de dois tipos, *excessivo* ou por *defeito*. O primeiro caso é referente a demonstrações exacerbadas ou anómalas por um período de tempo superior ao socialmente aceite. No que concerne ao luto patológico por defeito, este é respeitante à inexistência de manifestações de pesar. Este autor refere ainda a existência de algumas predisposições que facultam ao enlutado a possibilidade de ingressar em luto

patológico, tais como: a falta de saúde mental prévia, a ambivalência afectiva com agressividade, lutos repetidos, a maior fragilidade na pessoa ou então a morte repentina. Solano, profere ainda, o aparecimento de alguns sintomas de alarme à possibilidade de luto patológico como por exemplo: ideias suicidas no primeiro mês após a perda, retardo psicomotor ou culpabilidade doentia

Em suma, a morte apesar de uma temática tabu, é, e continuará sempre muito actual. Talvez pela sua incontestabilidade e desconhecimento do que a sucede. A perda de alguém que amamos é uma experiência muito dolorosa, desorganizadora, e com sofrimento e medo associados. Estará o ser humano apto para aceitar a inevitabilidade da morte? Bird, (1975; cit. in Ruschel, 2006), Marris (1992; cit. in Ruschel, 2006) e Kübler-Ross (2000; cit. in Ruschel, 2006), acrescentam que esta é a razão pela qual temos medo da morte, porque de facto, das mudanças que ocorrem ao longo de todo desenvolvimento, aquela com a qual estamos menos aptos para lidar é sem duvida a perda de um ente querido.

A morte interpessoal, ou seja, de um familiar ou alguém significativo é passível de ser superada, envolvendo várias etapas que constituem o denominado processo de luto. O luto, é uma resposta normal perante a ruptura de uma relação significativa, sendo que essa perda pode por vezes originar, por parte do enlutado, uma nova perspectiva sobre a vida e consequentemente um viver mais autêntico. Ao longo deste processo existe, inclusivamente, a possibilidade de desenvolver o denominado processo de luto patológico, que apesar de diferentes opiniões dos vários autores quanto à sua origem, são muitos os que concordam e encontram na não-aceitação do sucedido uma razão para que tal aconteça.

Contudo, a forma como se enfrenta a perda, e mais especificamente o seu impacto, apesar de idêntico, não é totalmente análoga no adulto e na criança. O processo de luto, depende, em parte, da faixa etária ou etapa desenvolvimental em que se encontra o enlutado. No próximo capítulo, abordar-se-á o luto na criança. Já que, o confronto com a morte não cabe apenas aos adultos ou idosos, qual será o impacto, resolução e consequências da perda na criança?

Capítulo II - A PERCEPÇÃO DE MORTE E O LUTO NA INFÂNCIA

Neste capítulo, serão abordados o conceito de morte e o processo de luto na criança, bem como os factores moderadores desse processo. Assim, para perceber como se processa o luto na criança, é importante entender que a compreensão deste conceito varia dependendo do estágio desenvolvimental em que a criança se encontra.

O processo de luto na criança e no adulto não é totalmente análogo. Tal como Bowlby (2004, pp. 332) refere, nos adultos o luto é “influenciado pelas condições predominantes à época da morte e durante os meses e os anos que se seguem”. Já na infância o poder da influência dessas condições, também relativo ao curso do luto, é possivelmente ainda maior do que nos adultos. Este autor afirma ainda, que o facto de a criança não ter uma experiência vivencial sem a presença da figura perdida torna essa perda ainda mais devastadora que no adulto. Bromberg (1996; cit in Azevedo, 2004) salienta que o luto na criança é, considerado como factor de vulnerabilidade para perturbação psicológicas futuras.

2.1- Percepção de morte pela criança

A maioria das crianças pode não perceber qual o real significado da morte, já que esta é uma nova experiência, confusa e desconcertante. A grande parte delas não sabe o que sucede com a perda de um familiar (Perry & Rubenstein, 2002).

Segundo Brun (2003), a representação da morte pela criança é diferente da representação dos adultos. Para muitas crianças, a morte é uma nova experiência, o que justifica a “ignorância” por parte das crianças relativamente ao seu verdadeiro significado (Perry & Rubenstein, 2002). Para a criança o medo da morte é algo que lhe é estranho, razão pela qual ela brinca com esta palavra ameaçando as outras crianças, não percebendo que é definitiva e irrefutável.

Na perspectiva de Golse (1985; cit in Azevedo, 2004), a obtenção do conceito de morte envolve, por um lado uma vertente afectiva e por outro uma vertente intelectual. Esta última concerne à aquisição, de forma contínua, de diferentes concepções como

irreversibilidade, universalidade e desconhecido após a morte, sendo que a mesma nem sempre é adquirida. Na vertente afectiva a noção já é relacionada com a questão da ausência.

Teixeira (2003) entende que não é certo pensar que uma criança não percebe o que acontece com as pessoas que morrem. Diversos autores na literatura apontam que a criança tem percepção acerca da morte dependendo da etapa desenvolvimental em que se encontre. Perry e Rubenstein, (2002) apontam que, em diferentes idades a criança tem diferentes conceitos quanto à morte. Até porque crianças muito pequenas, pela dificuldade de compreensão referente a esta temática, podem confundir dormir com morte.

Em suma tendo em conta que a percepção da criança sobre a morte depende da etapa desenvolvimental em que esta se encontre, é importante perceber a evolução que a criança vai tendo no que respeita à compreensão deste conceito.

2.1.1- Evolução do conceito de morte na criança

Lyles (2004) e Vendruscolo (2005), entendem que o conceito de morte vai sendo adquirido ao longo do desenvolvimento da criança.

Segundo Lyles (2004) para a criança entre os 3 e os 5 anos de idade, tanto a ideia de futuro como o conceito de nunca, estão ainda distantes da compreensão da criança. Cerca dos 6 anos até aos 10 anos de idade aproximadamente, inicia-se a compreensão da impossibilidade de retorno da pessoa perdida. No período compreendido entre os 11 e os 13, a criança encontra-se numa idade em que o pensamento abstracto começa a acelerar e possivelmente inicia-se também uma consideração pelos aspectos espirituais ligados à vida e à morte. Entre os 14 e os 18 é uma altura em que os adolescentes trabalham no sentido de uma independência crescente, e onde podem sentir uma necessidade de esconder os seus sentimentos relativamente à perda para mostrar controlo sobre o seu ambiente, preferindo falar com os pares ao invés de os adultos.

Vendruscolo (2005) entende que aos 2 anos a criança ainda não apreendeu o conceito de morte, já que, para esta, apesar da ausência da pessoa perdida, essa voltará.

Entre os 3 e os 5 anos, quando a criança se depara com uma situação de morte já coloca questões relativamente a esse acontecimento, no entanto, e devido ao egocentrismo próprio desta etapa do desenvolvimento, a criança pode associar essa morte à sua imaginação ou até mesmo a alguma das suas acções. Nesta fase, desponta o conceito de morte como imobilidade, em oposição ao de movimento, próprio de quem está vivo. A noção de morte é ainda a de um acontecimento reversivo e muitas vezes confundido com o sono. Para este autor aos 5/6 anos de idade, a ideia de morte ainda não é universal. Apesar de já se começar a instalar a noção de irreversibilidade da morte, assim como a ideia de que esta não pode ser evitada, há ainda uma disposição para personificar a morte e representá-la em figuras como “bicho-papão”. Por volta dos 9/10 anos a criança já é capaz de perceber que a morte envolve a extinção das acções corporais, diminui o pensamento mágico, e é capaz de se incluir na ideia de morte. Contudo, apenas atribui esse acontecimento à velhice ou à doença.

Apesar de as idades não serem rigorosamente as mesmas, a posição destes autores quanto à evolução do conceito de morte ao longo do desenvolvimento da criança é similar. Assim, e de uma forma geral, ambos os autores entendem que o conceito de morte é, inicialmente, e em crianças muito pequenas, algo ilógico ou inexistente. Contudo, à medida que a criança vai crescendo vai surgindo a noção da sua existência e irreversibilidade, o que futuramente resultará na compreensão desta temática, assim como a consciencialização da própria morte ou a de familiares.

Assim sendo, a compreensão do conceito de morte na criança vai sendo adquirida à medida que esta se vai desenvolvendo. No ponto seguinte, tentar-se-á perceber como é que o processo de luto se processa na criança, assim como, se é possível numa primeira instância, enquanto a criança ainda não possui uma noção de morte, que ainda assim esta seja capaz de desenvolver o seu próprio luto.

2.2- Processo de luto na criança

“O luto é uma das vias mais importantes de aproximação da relação da criança com a morte”.

Brun (2003 p.16)

O luto na criança, segundo Teixeira (2003) depende da sua concepção de morte. De acordo com o autor, se a criança não possuir uma concepção do que é morte, é difícil expressar ou vivenciar o luto. Assim, entre os 2 e 5 anos, atendendo a que a criança percebe a morte como responsabilidade sua pelo desejo de que tal acontecesse, pode surgir a culpa, um sentimento que emerge, pelo facto de a criança ainda não ser capaz de distinguir o desejo da acção. Por exemplo, uma criança que de raiva deseja que a mãe morra, porque ela não lhe satisfaz os seus desejos, e se isso de facto acontecer surgiram sentimentos de culpa e pode ser fonte de distúrbios emocionais futuros (Kübler-Ross, 1992). Por volta dos 5/7 anos de idade, e apesar de já perceber um pouco melhor o significado da morte a criança é ainda pobre no que respeita às habilidades internas para lidar com a intensidade dos sentimentos. A partir dos 7 anos até à adolescência a vivencia do luto torna-se semelhante à dos adultos.

Assim, perante a morte de alguém amado, a criança sofre de angústias muito intensas que por vezes se escondem por detrás de sintomas ou de alterações do comportamento (Sancho, 2007).

Autores como Twycross (2001), Perry e Rubenstein (2002), e Lyles (2004), entendem também que a perda sofrida pela criança implica uma enorme panóplia de respostas emocionais, físicas, cognitivas e comportamentais que são comuns após a morte de um ente querido, e que se evidenciam durante o processo de luto. Seguidamente apresentar-se-ão algumas das respostas comuns mencionadas pelos autores

A nível emocional a criança pode evidenciar tristeza, raiva e sensação de abandono. A tristeza pode ser observada de diversas formas, sendo o choro a indicação mais óbvia de que algo perturbou alguém, esta é ainda uma oportunidade de partilhar

com os outros o que se está a sentir. A raiva caracterizada pela sensação de injustiça quanto à morte da pessoa amada. E ainda a sensação de abandono, ou seja, a ausência de quem a criança amou que contribui para este sentimento.

Quanto às respostas físicas, podemos considerar dores no estômago, perturbações no sono e na alimentação, fraqueza, sendo que a criança pode ainda tornar-se mais sensível aos ruídos e à luz.

No que concerne às respostas cognitivas estas podem ser, entre outras, a negação, a dificuldade de concentração, e o sentido da presença da pessoa falecida. Relativamente à negação, respostas como: “não posso acreditar,” “não é verdade”, são muito comuns e isto acontece quando neste caso a criança ainda não é capaz de absorver a realidade da perda. Porém, esta resposta vai mudando ao longo do tempo, por exemplo, assim que a criança estiver apta a tolerar a perda sem ficar completamente oprimida. A dificuldade de concentração, comum nos primeiros meses após a perda, deve-se à dificuldade de a criança estar focalizada numa dada tarefa, tendo em conta que, os pensamentos intrusivos sobre o falecido, assim como os momentos de sentimentos oprimidos contribuem para estes lapsos de concentração. No que respeita ao sentido de presença da pessoa falecida, esta é também um tipo de resposta cognitiva, em que por exemplo, uma criança diz que a mãe está no seu quarto e que durante a noite o vem visitar.

Quanto às respostas comportamentais, os autores apontam que estas podem ser, evitar os lugares ou as pessoas que lembrem a pessoa perdida, adopção de uma posição mascarada de coragem devido ao medo de perda do controlo ou até mesmo por causa do progenitor sobrevivente, regressão às necessidades infantis (e.g. que alguém lhe leve a comida à boca) entre outras.

Além das diferentes respostas da criança perante a perda significativa, é necessário ter em conta que são vários os factores que podem moderar o desenvolvimento do processo de luto na criança, isto é, são várias as condições quer ambientais quer pessoais que podem influenciar o processo de luto quer na sua normal quer na sua patológica elaboração.

2.3- Factores moderadores do processo de luto

Tal como afirma Bowen (1976; cit. in Walsh & McGoldrick, 1998), o contacto directo com a realidade da morte é importante, principalmente no que toca à inclusão dos membros da família mais vulneráveis. Como já afirmado por outros autores, este entende que as tentativas, mesmo que bem intencionadas, de proteger as crianças do confronto e exposição à morte de alguém, isola a possibilidade de experiência de partilha da criança, arriscando o impedimento do processo de sofrimento pela perda, assim como a elaboração do processo de luto. É então importante, segundo o autor, promover a união e uma reorganização flexível no sistema familiar para que seja possível retomar a estabilidade.

Sancho (2007) defende que o que causa mais dor ou problemas às crianças é o facto de os adultos não serem suficientemente compreensivos para com elas e o facto de não responderem às suas perguntas ou então quando o fazem, fazerem-no com mentiras. Para este autor, deve-se falar com a criança sobre a morte, pois tal não vai criar ou aumentar a sua dor, mas sim aliviar a criança e ajudá-la a elaborar a perda. Segundo o autor o engano da criança ataca a sua capacidade de pensar e prejudica o seu desenvolvimento. Ao não esclarecer verbalmente uma criança o adulto está a impedir a criança de elaborar a primeira fase do luto, fase esta que para o autor se caracteriza pela aceitação da perda definitiva.

Teixeira (2003) partilha a mesma perspectiva, ou seja, de que a criança não deve ser excluída, pelos pais ou até mesmo por outros adultos, da experiência de perda como forma de evitar o seu sofrimento. A atitude de exclusão pode bloquear o processo de luto, sendo necessário ter em conta que cada criança vivenciará o seu luto à sua maneira e a seu tempo.

No entanto, e apesar da dor da perda e da sua complexidade, o processo de luto pode envolver uma série de factores que moderem esse mesmo processo, ajudando assim a criança a ultrapassar uma perda com o menos prejuízo possível para o seu desenvolvimento presente e futuro. Factores como, o conhecimento que a criança tem relativamente às causas e circunstâncias da perda, a oportunidade que tem de partilhar o que sente, os padrões de relacionamento familiar anteriores, a reestruturação do sistema familiar após a perda, são de facto alguns dos factores que

permitem moderar o processo de luto na criança, isto é, ajudar a criança a elaborar a perda (Bowlby, 2004). Walsh e McGoldrick (1998), entendem que é ainda importante ter em atenção o grau de cuidados que as crianças tenham perdido e a atenção que estas vão perder resultante do acontecimento. Assim, é importante explicar-lhe o que aconteceu para que ela não se sinta sozinha, dando-lhe a atenção e cuidado que ela necessita.

É então perceptível, que um dos mais importantes factores moderadores deste processo de luto é a família, a sua posição e atitudes para com a criança relativamente ao sucedido. Bowlby (2004), defende que forma como a criança é informada relativamente à perda está dependente da decisão dos familiares. Tal como afirmam Bringer e Malinak (1984; cit. in Santos, 2009), a aptidão para a criança ultrapassar o luto é facilitada quando os outros membros da família aceitam e facilitam reacções e emoções, permitindo-lhe expressar os seus sentimentos de dor e de perda. Na óptica de Walsh (2004), após uma perda insuportável, as famílias desmoronam, e isso impedirá os adultos de terem capacidade para tratar e proteger as crianças. Já que ao estarem preocupados com a sua perda podem abrir-se portas para que se trespassem as fronteiras geracionais, por exemplo, utilizando as crianças inadequadamente de forma a satisfazer as suas próprias necessidades.

Segundo Chocinov e Holland (1990; cit. in Santos, 2009), a qualidade da relação com as pessoas que irão tomar conta da criança parece ser mais significativa e determinante no positivo desenrolar do processo de luto do que a própria perda.

Em jeito de conclusão, neste capítulo abordou-se desde a evolução do conceito de morte na criança, assim como o seu processo de luto até aos factores moderadores desse processo. Assim, é perceptível que, tal como o processo que lhe está associado, a perda de alguém significativo é também para a criança uma experiência dolorosa, confusa e desconcertante. No caso de crianças muito pequenas e enquanto ainda não percebem o verdadeiro significado da palavra morte, esta vai brincando com termo, ameaçando as outras crianças e por vezes confundindo-o com o dormir. Contudo, e como referido por Lyles (2004) e Vendruscolo (2005), a noção deste conceito vai evoluindo à medida que a criança se vai desenvolvendo, e aos poucos, de algo ilógico e

inexistente a criança começa a perceber a morte como algo irreversível, por vezes através da perda de animais de estimação.

A perda de algo ou alguém significativo para a criança, além de envolver diferentes respostas emocionais, físicas, cognitivas e comportamentais, carece, de entre uma enorme panóplia de factores moderados do processo de luto, do apoio familiar para se reorganizar e continuar um normal desenvolvimento.

No próximo capítulo será abordado de uma forma mais específica a perda de um dos progenitores. Além do apoio familiar já abordado neste capítulo, será ainda enfatizado o papel do progenitor sobrevivente para com a criança também enlutada.

Capítulo III - A PERDA DE UM DOS PROGENITORES

Walsh e McGoldrick, (1998) sublinham a importância de ter em atenção o grau de cuidados que a criança tenha perdido e a atenção que esta vai perder resultante da morte de um dos pais. Assim, a perda de um dos progenitores, cuidador da criança, pode ser particularmente desestruturante.

A criança sofre, como qualquer outra pessoa, pela tristeza e pela morte de um ser amado, sobretudo quando se trata da morte de um dos progenitores (Sancho, 2007). Mazorra (2005, cit. in Rezende 2007), enuncia que a perda de um dos pais é uma das experiências mais impactantes que a criança poderá vivenciar, pois esta acarreta a perda da ilusão da onipotência infantil.

Simon (1986; cit. in Louzette 2007), postula que no decurso do processo de luto não é apenas a pessoa que morre que é perdida, pois o universo interno da pessoa que perde fica destruído. No caso da criança, ao tratar-se da perda de um dos pais, e se acontecer num momento em que a criança depende também desse progenitor, essa perda pode influenciar a construção da sua identidade e de modelos para a constituição da sua personalidade.

Assim, neste capítulo procurar-se-á compreender, perante a morte de um dos progenitores quais as respostas emocionais da criança, as consequências e o processo de adaptação à perda, assim como o papel do progenitor sobrevivente e a possível construção de fantasias por parte da criança.

3.1- Resposta emocional da criança à perda de um dos progenitores

Vários autores apontam diferentes perspectivas quanto às respostas emocionais das crianças após a perda de um dos progenitores. Kübler-Ross (2003; cit. in Teixeira, 2003), defende que se os pais não receiam a morte e se não evitam o confronto dos filhos com situações de perda significativa (e.g. a morte de um animal de estimação ou de algum outro familiar, como os avós), certamente não surgem problemas com a criança. Enquanto que, para Walsh e McGoldrick (1998), o modo como a criança lida com a perda de um dos pais depende grandemente do estado emocional do progenitor

sobrevivente (Rutter, 1966; Van Eerdewegh, Bieri, Parilla & Clayton, 1982; cit. in Walsh & McGoldrick, 1998). Já para Perry e Rubenstein (2002), as respostas das crianças perante a perda de um dos pais, são similares às respostas de outros eventos traumáticos, e incluem tristeza, por vezes regressão, entre outras características. No entanto, acrescentam que a perda de um pai ou mãe mudará para sempre a vida de uma criança. Quanto a Franco e Mazorra (2007), para estes autores, o modo como a criança é capaz de elaborar a perda de um ente querido relaciona-se não só com a possibilidade de elaboração do progenitor sobrevivente e do resto da família, como também com factores intra-psíquicos e factores externos. Os autores acrescentam, que perante tal perda, ou seja, perda de um vínculo provedor de sustentação a criança se deparará com sentimentos de desamparo e impotência.

No entanto, para Rebecca Abrams (1999), apesar de a morte de um pai envolver um enorme choque, quando este morre, por consequência de uma doença que se prolongou por alguns meses ou mesmo anos, há a oportunidade de preparar a criança relativamente à perda, para que o choque não seja tão colossal quanto acontece após uma perda inesperada.

Assim, de uma forma geral, todos os autores entendem que a resposta emocional da criança à perda depende em grande parte da forma como a família foi preparando a criança ao longo do desenvolvimento. A verdade é que qualquer criança sofre quando perde um dos pais, contudo se for bem apoiada a sua natural capacidade de adaptação permite-lhe recuperar do desgosto e continuar o seu desenvolvimento satisfatoriamente (Kübler-Ross, 1992 cit. in Santos, 2009).

3.1.1- Consequências emocionais da perda de um dos progenitores

A morte de um pai ou mãe, visto ser um acontecimento muito significativo na vida de uma criança, pode originar diferentes consequências. Assim, Walsh e McGoldrick (1998), defendem que quando uma criança perde um dos pais, esta pode sofrer consequências profundas tanto a curto como longo prazo (Furman, 1974; Osterweis et al., 1984). Sendo que estas crianças podem também vivenciar dificuldades em formar laços íntimos e ainda carregar medos catastróficos de separação e abandono. Mazorra (2005; cit. in Rezende 2007) acrescenta ainda que algumas crianças podem procurar punição a fim de aliviar a culpa sentida.

Para Perry e Rubenstein (2002), a perda é extremamente traumática e mudará para sempre a vida da criança pois esta tem, de uma certa forma, uma tarefa para o longo da vida, a criança terá de trabalhar e re-trabalhar, experienciar e re-experienciar a perda daqueles que amou.

Sancho (2007), pontua que, quando a criança perde um dos pais, o mundo que até então era seguro estreme-se e desmorona-se, pois a criança precisa de uma disponibilidade do progenitor, disponibilidade essa, que o pai sobrevivente nem sempre pode oferecer visto que, também perdeu alguém importante, está a realizar o seu luto e a tentar proteger-se. Para este autor, quando a morte é respeitante ao pai da criança, é normal que a mãe se veja obrigada a trabalhar mais, para que seja possível continuar com a vida familiar, apesar de esta atitude retirar mais atenção e disponibilidade para a criança; quando a morte é referente à mãe, procurar-se-á para a criança uma figura que possa “substituir” esta mãe, como por exemplo avós ou tias.

Zavaschi e colaboradores (2002), acrescentam que as vivências traumáticas na infância, como a perda de vínculos afectivos devido à morte de pais ou de irmãos ou, ainda, a privação de um ou de ambos os pais por separação ou abandono constituem importantes factores associados à depressão na vida adulta.

Rezende (2007), pontua que, pode pensar-se à luz da teoria do complexo de Édipo, que a perda de um dos pais poderia representar a perda de objectos de identificação que são importantes para que seja possível a dissolução do complexo. Seguindo este pensamento relativo ao complexo de Édipo, Rezende (2007), refere que a morte do progenitor oposto, pode de certa forma representar para a criança a noção de que a realidade foi alterada em função dos seus desejos inconsciente. Assim e tendo em conta a visão de Raimbault (1979; cit in Louzette 2007) quanto mais jovem é a criança, maiores serão os efeitos causados pela morte.

3.2- Processo de adaptação à perda do progenitor

Segundo Rait e Lederberg (1990; cit. in Santos, 2009), quanto mais novas são as crianças, mais problemático pode ser o processo de adaptação à morte de um dos pais. Assim, e após a perda significativa é necessário ter em conta diversos factores relativos ao luto da criança, alguns desses factores são: o luto do pai sobrevivente e os novos

relacionamentos deste, a existência de outros familiares que possam assumir o papel do pai falecido, a informação que é dada à criança e outras mudanças concorrentes como a mudança de escola de casa, etc.

Franco e Mazorra, (2007), proferem que enquanto a criança não é capaz de identificar os seus objectos de amor como separados dela, caso aconteça a perda ou até separação da mãe, a criança acaba por sentir que perdeu uma parte de si própria. Contudo, não pode sentir pesar e enlutar-se pelo objecto amado, neste caso a mãe, isto devido ao estágio desenvolvimental em que se encontra.

Para Scalozub (1998 cit. in Franco e Mazorra, 2007), qualquer criança tem dificuldades em processar a perda, sobretudo quando essa perda é referente a alguém de quem a criança depende, uma vez que a criança ainda precisa das pessoas que possam garantir a sua sobrevivência física e desenvolvimento emocional.

Em suma, para Sancho (2007), as experiências de fragilidade, de preocupações, de percepção, as reacções emocionais, cognitivas ou comportamentais variam segundo a evolução cognitiva e afectiva tanto do enlutado como dos seus familiares.

3.2.1 - Papel do progenitor sobrevivente no acompanhamento da criança enlutada

Tendo em conta a importância da família, assim como do progenitor sobrevivente para o processo de elaboração do luto da criança, Franco e Mazorra (2007), consideram que é importante que alguém actue no papel de invólucro para os sentimentos de raiva da criança, de forma a ajudá-la a lidar com a ambivalência emocional e o seu sentimento de culpa.

Franco e Mazorra (2007), evidenciam que é de facto importante que o progenitor sobrevivente esclareça que, apesar de o “lugar” do progenitor morto estar de vago não pertence, nem poderá pertencer à criança. Caso o pai ou mãe sobrevivente não clarifique tal situação, a criança pode ter o sentimento de culpa incrementado, por sentir que venceu perante o progenitor perdido. Se assim for, as suas fantasias edípicas podem ser concretizadas, ampliando a persecutoriedade da pessoa perdida e dificultando a elaboração do luto.

A tendência do progenitor sobrevivente é o de proteger a criança. Contudo, ao tentar proteger os filhos da perda, o pai sobrevivente está a colocar a criança em risco (Garg & Morduch, 1998; cit. in Gertler, Levine & Ames, 2004). De facto esta é uma opinião que também Kovács (1992), compartilha já que para este autor, ao não falar sobre a perda, o adulto acredita estar a proteger a criança, pensando que essa protecção poderia aliviar a dor e mudar magicamente a realidade. Contudo, o que acontece é que a criança se sente confusa e desamparada sem ter com quem conversar Kovács (1992, cit. in Vendrusculo, 2005). Também Aberastury (1984 cit. in Santos, 2009), considera, que falar da morte de um pai ou mãe a uma criança, não é criar dor ou aumentá-la, é sim uma forma de aliviar a criança das dúvidas e ajudá-la a elaborar a perda.

Apesar do progenitor sobrevivente também estar a sofrer, Worden (1996), refere que esse deve, mais do que a criança, estar ciente, em caso de doença incurável, da sua natureza terminal e de que esta afectará toda a família de várias formas. Pois caso o progenitor sobrevivente esteja muito mobilizado com a morte, isso vai acarretar uma dupla perda para a criança, assim como uma sensação de maior desamparo.

Lewis e Lippman (2004), advogam ainda que, no momento da morte, e quando o pai sobrevivente necessita de informar a criança da falecimento da mãe ou do pai, essa notícia deva ser dada da forma mais delicada possível. Contudo, é muito difícil ao sobrevivente do casal dar-lhe essa informação, já que, nesta altura esse progenitor encontra-se numa posição de extrema preocupação para proteger a criança contra a consciência da morte e a dor do luto. Rutter, (1966;), Eerdewegh, Bieri, Parilla e Clayton, (1982; cit. in Walsh & McGoldrick, 1998), acrescentam ainda que, se além da perda, a criança tiver ainda que lidar com privação nos seus cuidados, o pai ou mãe sobrevivente está deprimido ou preocupado, podem surgir consequências sérias e duradouras.

Kübler-Ross (1992; cit. in Santos, 2009), realça que se o pai ou mãe que sobrevive estiver demasiadamente absorvido no seu próprio sofrimento, as crianças podem, sentir-se duplamente abandonadas. Assim, o apoio familiar, principalmente dos avós, é de facto muito importante já que, o saberem que são úteis atenua um pouco o seu próprio desgosto.

Por último, Henry (2006), refere que as memórias da infância dos pais parecem também ter um impacto significativo no modo em como as crianças respondem à morte parental. Os filhos que tiveram memórias da infância do pai como sendo portador de

uma doença mental foram afligidos, mais tarde e depois da morte do pai, comparativamente com os filhos que não tiveram nenhuma memória da doença mental do seu pai.

3.3 – A construção de fantasias pela criança perante a perda de um progenitor

Apesar de autores como Bowlby (2004) e Worden (1996), terem abordado a fantasia de responsabilidade pela morte de um ente querido por parte da criança, da revisão efectuada neste estudo apenas Franco e Mazorra (2007), aprofundaram a temáticas das fantasias da criança. Assim, este último ponto recairá essencialmente sobre esta temática segundo um estudo elaborado por estes autores.

O processo de luto nas crianças que perderam os pais demonstra a construção de fantasias das quais se apreende uma representação de desejos, sendo que o entendimento dessas representações passa pela compreensão de como se estrutura o sistema familiar.

Após a perda do pai é comum que a criança crie a fantasia de ocupar o lugar do progenitor perdido. Assim, as fantasias familiares de reposição da figura perdida tendem a ser facilitadas quando a criança é do mesmo sexo do progenitor falecido. (Tinoco 2005; cit. in Rezende 2007).

Franco e Mazorra (2007) entendem que é importante salientar que factores como o caso de a criança ser do mesmo sexo que o progenitor falecido, de a relação com o progenitor perdido ser ambivalente, o pensamento egocêntrico, o segredo em relação à causa da morte são, entre outros, factores que contribuem para a formação das diferentes fantasias nas crianças.

A temática das vivências fantasmáticas que a criança experiencia após a perda de um dos progenitores é explorada num estudo clínico realizado por Mazorra e Franco (2007). A fantasia refere-se a um universo imaginário e aos seus teores. Os autores, apontam que a fantasia se refere à representação de desejos, encobertos em maior ou menor grau por processos defensivos. Esta é a satisfação de um desejo insatisfeito. Assim, através das fantasias seria possível compreender melhor a dinâmica do luto, visando os sentimentos, reacções, sintomas envolvidos e ainda a forma como a criança

processa a realidade concreta da perda de um ou ambos os progenitores. Para Franco e Mazorra, essa fantasia é como que uma formação imaginária como um guia imaginário do qual o sujeito faz parte e que representa a realização de um desejo de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos.

Franco e Mazorra (2007), compreendem a fantasia como um fenómeno construído segundo a realidade psíquica da pessoa que a constrói através de uma constante interacção com o mundo externo e interno. Esta é a razão que os leva a pensar que a experiência concreta de morte, quer de um quer de ambos os progenitores, está relacionada com a constituição das fantasias da criança.

As fantasias criadas pela criança podem ser de duas vertentes, por um lado reflectem os processos elaborativos de luto, por outro estão associados à complicação da elaboração. No primeiro caso, refere-se a fantasias reparatórias, a fantasias de identificação com aspectos considerados tanto pela criança como pela família positivos do progenitor, fantasias de repetição da situação de perda, fantasias de desidealização do objecto perdido, nas só caso esta desidealização seja feita de forma gradual. Quanto às fantasias associadas à complicação de elaboração do luto, pode referir-se as fantasias de culpa de carácter persecutório, as fantasias de retaliação do objecto perdido, fantasias de aniquilamento, de castração, etc. No entanto Franco e Mazorra (2007), evidenciam ainda a existência de um terceiro grupo de fantasias com funções de defesa, vista como importante num primeiro momento do processo de elaboração do luto para que seja possível a passagem a um segundo momento. Estas fantasias são por exemplo as fantasias de onnipotência, de negação da perda, de fantasias regressivas e de idealização.

O resultado do estudo científico elaborado por Franco e Mazorra (2007), revela que a identificação com o progenitor morto, trata-se de uma fantasia inconsciente de reposição da figura perdida e culpa empírica pela morte do pai ou mãe. São múltiplas as fantasias que as crianças podem apresentar após a perda de um dos progenitores. Estes autores, descrevem algumas fantasias: a fantasia de castração, onde a consequência é estar destituído de valor e interesse; a regressão, que se caracteriza por voltar a ser bebé; a idealização, tanto de progenitor falecido como de sobrevivente como sendo alguém forte e bom; a negação da perda, onde se percebe a tentativa de recuperar o progenitor morto ou então o contrario, ou seja, não precisar do progenitor falecido; a rejeição devido ao facto de ter sido abandonado pelo objecto perdido, já a retaliação é

referente à possibilidade de ser atacado pelo pai ou mãe perdido e ainda as fantasias reparatórias que se caracterizam pela tentativa de encontrar ajuda para compreender o que aconteceu.

O estudo de Franco e Mazorra (2007) evidencia que em várias crianças, o sentimento predominante na mobilização das fantasias, o desamparo, pois a situação de morte de um, ou mesmo de ambos os progenitores, cria na criança um sentimento de ameaça quanto à sua sobrevivência física e emocional.

Assim, de uma forma geral a construção de fantasias pelas crianças que perdem um ou ambos os pais dependem sobretudo, entre outros factores, do desenvolvimento da criança, das condições envolventes ao evento da morte e das dinâmicas familiares antes e após a morte. Contudo existem ainda factores dificultadores, como o não fornecimento da informação correcta a respeito da morte do progenitor, a relação da criança com o progenitor perdido, circunstâncias da morte, e factores facilitadores como por exemplo a possibilidade de expressar os sentimentos (Franco e Mazorra, 2007)

Em suma, compreende-se então que a perda de um pai ou mãe é de facto um acontecimento desestruturante e desorganizador para uma criança. Contudo, nem todas as crianças reagem da mesma forma a tal acontecimento, nem têm o mesmo processo de adaptação. Diferentes crianças têm diferentes respostas emocionais após a perda. A morte de um dos progenitores, segundo diversos autores, tem consequências futuras para a criança que dependerão sobretudo do confronto com situações de perda anteriores ou mesmo do apoio familiar. Neste sentido, torna-se importante o papel do progenitor sobrevivente tal como de outros mediadores no que concerne ao acompanhamento da criança enlutada.

Em suma as fantasias reflectem o processo de elaboração do luto da criança após a perda de um dos progenitores, assim, o seu conhecimento permite a compreensão dos seus sentimentos, comportamentos e sintomas.

Conclusão

Após esta revisão bibliográfica e reflexão acerca da morte e do processo de luto no adulto, mais especificamente na criança relativo à perda de um dos progenitores, percebe-se que o ser humano é demasiado complexo e único, e apesar de todos os conhecimentos existentes acerca da possível resposta emocional a uma perda como a tristeza a negação inicial, entre outras não é passível de conceber ou prever uma resposta à perda como certa. Assim, cada ser humano terá o seu próprio luto e vivenciá-lo-á à sua maneira, a seu tempo, tendo em conta, além da etapa desenvolvimental em que se encontra, a sua experiência vivencial, assim como perdas anteriores. Então, e apesar de o luto no adulto não ser totalmente análogo ao da criança, o mesmo se pode aplicar quando nos referimos ao tempo necessário para superar a perda, à particularidade de vivenciar o luto e à impossibilidade de prever uma resposta emocional. A verdade é que, tal como refere Bolwby, (2004 p.337) “...uma proporção substancial das dificuldades especiais que as crianças enfrentam depois da perda de um genitor é consequência directa do efeito que a perda teve sobre o comportamento do genitor sobrevivente com relação a elas.” Apesar disso, percebe-se então que este é um processo um pouco moroso e que envolve uma enorme panóplia de factores além do papel do progenitor sobrevivente que influenciarão presente e futuramente a vida da criança enlutada.

Contudo não é possível fornecer resultados precisos sobre esta investigação, no que concerne sobretudo à construção de fantasias por parte da criança após a perda de um dos pais, visto que devido não só ao facto de o material disponível em bases de dados gratuitas ser limitado, mas também porque a investigação relativamente a esta temática parece ainda ser um pouco escassa. Sendo este um trabalho de revisão bibliográfica, logo não envolveu uma investigação de campo, não permitindo assim uma mais específica comparação ou mesmo confirmação das diferentes teorias dos diversos autores. É necessário ainda ter em conta de que a maioria dos artigos e livros existentes e relativos ao processo de luto apenas fazem referencia ao mesmo quando se trata do adulto. Ainda no que concerne à pesquisa, além da aquisição de alguns livros, outros foram ainda pesquisados nas bibliotecas da Universidade Católica Portuguesa de Braga (pólo da faculdade de filosofia), a biblioteca da Universidade do Minho em Braga, a biblioteca da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e biblioteca Alberto Saavedra do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, além

da internet para recurso a alguns artigos ou mesmo livros.

Ao longo deste estudo de investigação surgiram diferentes dúvidas que poderão, futuramente, ser impulsionadoras de novos estudos. Questões como, o impacto da perda quando o ente querido é a mãe, e em que é esta é diferente caso quando se trata da perda do pai, isto é, será que em termos de desenvolvimento e consequências futuras perder a mãe é o mesmo que perder o pai? Será o papel de cada um realmente importante e totalmente diferenciado no que respeita às consequências futuras desenvolvimentais que a criança pode adquirir a partir daí? Ou o importante será apenas orfandade? Em suma, consideramos pertinente para a disciplina científica da psicologia uma investigação mais profunda relativamente não só às questões anteriormente colocadas como também ao processo de luto na criança e as suas consequências futuras caso não seja bem elaborado.

Apesar das limitações encontradas consideramos que o objectivo foi alcançado uma vez que foi possível perceber que cada criança tem o seu ritmo de adaptação à perda e realização do processo de luto. Que apesar da individualidade as consequências da perda na infância dependerão não só da experiência vivencial da criança até à perda mas também, em grande parte, do papel do progenitor sobrevivente assim como do restante corpo familiar.

Referências Bibliográficas

Abrams, R. (1999). *When parents die: learning to live with the loss of a parent*. Routledge: Disponível em: www.google.com/books

Almeida, S. (1998). Luto Patológico. In Cardoso, R. (ed.), *A outra metade da medicina – monografias breves de Psicologia Médica* (pp. 169-178). Lisboa: Climepsi Editores.

American psychiatric association (2002). *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais*. (J. Almeida, Trad). 4ª ed Lisboa: Climepsi editores. (Original publicado em 2000)

Azevedo, P. (2004). *Vida, morte e relação terapêutica*. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Área de especialização em Psicologia Clínica do Desenvolvimento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra

Boelen, Bout & Hout. (2003). The role of cognitive variables in psychological functioning after the death of a first degree relative. *Behavior Research and Therapy*, 41. Disponível em: www.sciencedirect.com

Bonanno e Kaltman (2001). The varieties of grief experience. *Clinical Psychology Review*, 21 (5): pp. 705-734

Bowlby, J. (2004). *Perda: tristeza e depressão.- Apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes

Brun, Danièle. (2003). A relação da criança com a morte - paradoxos de um sofrimento. *Psychê*, 7 (12): 12-25

Cepêda, T. & Maia, G. (1998). Vivendo no limite: a criança e a família enfrentando a morte. *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*. Nº especial, 93-101.

Coelho, B. (1996). O encontro com a morte. In Lopes, G. (ed.), *Temas CL de psiquiatria, psicossomática e psicologia* (pp. 21-32). Lisboa: CLP.

Colecção completa de dicionários e auxiliares de línguas. (2006). *Dicionário da Língua Portuguesa Tomo II*. Texto Editores, LDA

Costa, A. (2008). *A morte...sente-se? O impacto da morte sobre a pessoa e sobre o sistema familiar*. (Monografia individual no âmbito do seminário de investigação em Psicologia). Braga: Universidade Católica Portuguesa

Cury, A. J. (2008). *Nunca desista dos seus sonhos*. Lisboa: Pergaminho SA

Freud, S. (1988). *Luto e Melancolia*. Obras completas de Sigmund Freud, 14. Rio de Janeiro: Imago Editora

Franco e Mazorra (2007). Criança e luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. *Estudos de psicologia*, 24 (4)

Gertler, Levine e Ames. (2004). Schooling and Parental Death. *The Review of economics and Statistics*, 86 (1): pp. 211-225

Guancestry, L. (2008) Poema Obtido em: <http://sitedepoesias.com.br/poesias/3662>

Henry, R.G. (2006). *Parental death and its impacto on the marital relationship of the surviving adult child*. Dissertação de Mestrado apresentada à faculdade de Brigham Young University, Brigham

Kóvacs, M. (1992). *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo

Kubler-Ross, E. (1969/1992/2003). *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes.

Lewis, P.G. e Lippman, J. G. (2004). *Helping children cope with the death of a parent: a guide for the first year*. London: Greenwood Publishing Group. Livro obtido em: <http://www.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=jp1aqSlzyX8C&oi=fnd&pg=PP13&dq=lewis+e+lippman&ots=YyE4z6h14o&sig=LYh7GDn0FjoEhPudltEJMF6A29g#v=onepage&q=&f=false>

Louzette, F. L. (2007). Luto na infância e as suas consequências no desenvolvimento psicológico. *Iniciação Científica*, 1 (1): pp.77-79

Lyles, Mary M.(2004). Children's Grief Responses. In *Children's Grief Education Association*. Children's Grief Education Association. Disponível em: <http://www.childgrief.org/howtohelp.htm#Emotional%20Responses>

Pacheco, J. (1997). Luto patológico: da perda ao trauma e do trauma à perda. *Revista de Psiquiatria*, 1, 43-46.

Perry. & Rubenstein. (2002). The child's loss: Death, Grief and Mourning. *The Child Trauma Academy* (pp. 1-12). Houston: B. D. Perry

Rezende, C.A. (2007). Luto na infância: algumas considerações à luz da teoria de Édipo em Lacan. *Revista Virtual de Psicologia Hospitalar e da Saúde*, 3 (5)

Rodrigues, E. (2006). *Um olhar de vida na morte: Lévinas e o cuidar- Alteridade, Proximidade e Justiça*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa: Braga

Ruschel (2006). *Quando o luto adoece o coração: luto não elaborado e infarto*. Porto Alegre: Edipucrs

Sancho, M. (2007). *La perdida de un ser querido*. Madrid: Arán

Sanders, C. (1999). *Grief. The Mourning After: Dealing with Adult Bereavement* (2nd ed.). New York: John Wiley & Sons

Santos, R. (2009). *O processo de luto*. Formação continua on-line, em reflexos gabinete de psicologia, psicoterapia e ludoterapia

Seabra, A. (1996). Morte em psicopatologia e psicoterapia. In Lopes, G. (ed.), *Temas CL de psiquiatria, psicossomática e psicologia* (pp. 28-32). Lisboa

Solano, R. (2003). Duelo y pérdida. *Medicina Legal Costa Rica*, 20 (2): p.47-52

Teixeira, C.M.F.S. (2003). A criança diante a morte. *Revista da UFG*, 5 (2). Disponível em: www.proec.ufg.br

Twycross, R. (2001). *Cuidados Paliativos*. Lisboa: Climepsi

Vendruscolo, J. (2005). Visão da criança sobre a morte. *Medicina*, 38 (1): 26-33

Walsh e McGoldrick. (1998). *Morte na família: sobrevivendo às perdas*. Porto Alegre: Artmed

Walsh, F. (2004). *Resiliência familiar: estratégias para su fortalecimiento*. Buenos Aires: Amorrurtu

Worden, J. W. (1996). *Children and grief. When a parent dies*. New York: Guilford Press.

Zavaschi, Bassols, Sanchez e Palma (1993). *A reacção da criança e do adolescente à doença e à morte – aspectos éticos*. Apresentado no Simposio Pacientes Terminais.